



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

CENTRO TÉCNICO E OPERACIONAL DE PORTO VELHO / CTO - PV

DIVISÃO DE MONITORAMENTO DO TERRITÓRIO / DTER-PV

RELATÓRIO

**Evolução do desmatamento entre os anos de 2003 e
2006 na área do entorno e na área de abrangência
da RESEX Rio Jaci-Paraná, Terra Indígena Karipuna,
PARES Guajará-Mirim e FLONA Bom Futuro
(Liminar Judicial de 2004)**

PORTO VELHO - RO

JUNHO DE 2007

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	3
2- CONTEXTUALIZAÇÃO	4
2.1- A Vila de Rio Pardo e a FLONA Bom Futuro.....	4
2.2- O Distrito de Jacinópolis	5
2.3- O Distrito de União-Bandeirante.....	6
4- METODOLOGIA DE ANÁLISE	9
5- RESULTADOS.....	11
5.2- A Floresta Nacional Bom Futuro	13
5.3- A Reserva Extrativista Rio Jaci-Paraná.....	15
5.4- O Parque Estadual Guajará Mirim.....	17
5.5- A Terra Indígena Karipuna	18
5.6- O entorno.....	20
6- CONCLUSÕES	22

1- INTRODUÇÃO

As pressões sofridas pelo bioma Amazônia são cada vez mais intensas. Enquanto alguns estudiosos defendem que a região deveria adotar um modelo de desenvolvimento em que houvesse uma harmonia entre a conservação da floresta e de seus recursos e o desenvolvimento humano, o modelo que vem sendo adotado coloca o meio ambiente em último plano, prevalecendo-se sempre o desenvolvimento econômico.

A falta de consciência ambiental dos colonizadores que ocuparam e ainda ocupam a área faz com que o avanço do desmatamento prevaleça em índices semelhantes ao longo dos anos, se não crescente, e o surgimento de imensos polígonos de desmatamento é realidade constante, mesmo em Áreas Especiais.

Desta forma, no ano de 2004 foi movida uma ação civil pública pelo Ministério Público do Estado de Rondônia e o Ministério Público Federal objetivando, em liminar, a imediata paralisação de qualquer obra na área de abrangência da RESEX Rio Jaci-Paraná, Terra Indígena Karipuna, PARES Guajará-Mirim e a FLONA do Bom Futuro, além do entorno de 10 km destas Áreas Especiais, tal como previsto pela Resolução 013/1990 e das áreas da subzona 2.1 e 2.2, adjacentes a estas.

Consta que a paralisação das obras inclui qualquer atividade que fomente a invasão do local, como a expedição de concessão de declaração de direito de posse e implementação de projetos de assentamentos, de licença ambiental ou de queimada, inclusive para serrarias, a concessão de novas linhas de ônibus e a revogação das eventualmente concedidas.

Tal ação responsabiliza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o estado de Rondônia e os municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Buritis por omissão e co-responsabilidade pela degradação ambiental verificada na área.

Salienta ainda que tais unidades de conservação juntamente com a Terra Indígena Karipuna compõem um corredor ecológico fundamental para a manutenção da frágil biodiversidade local, pois abrigam enorme quantidade de exemplares da fauna e riquíssima vegetação composta por floresta ombrófila, influenciando, inclusive, o bem estar na vida da comunidade indígena ali presente.

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo identificar o avanço do desmatamento e das atividades antrópicas na área de abrangência da referida liminar entre os anos de 2003 (antes da expedição da ação civil pública) e 2006.

2- CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1- A Vila de Rio Pardo e a FLONA Bom Futuro

A FLONA Bom Futuro é dotada de grande infra-estrutura, com uma intensa rede viária e, na sua porção noroeste, a Vila de Rio Pardo, que é constituída de pequenas casas de madeira, comércio (fornecimento de combustível, produtos agropecuários, alimentícios e de uso geral), avenida principal, igrejas (em sua maioria evangélicas), 6 escolas (construídas informalmente pela Prefeitura de Buritis), posto de saúde (dotado de 2 servidores para colher sangue e combater surtos de malária), hotel e restaurante, além de uma loja especializada no conserto de serras elétricas, todos construídos de forma clandestina.

Dois ônibus diários e paus-de-arara fazem o transporte de passageiros entre Buritis e a Vila e, como não há polícia, um aviso público pede que as pessoas cruzem o povoado com armas desengatilhadas.

A Vila foi erguida por volta de 1999, num movimento que uniu pequenos agricultores, madeireiros e grileiros. Setenta quilômetros de estrada de terra separam a vila Rio Pardo de Buritis, município mais próximo. Estima-se que 600 a 1.500 famílias residem na unidade, além de médios e grandes pecuaristas. Os focos de invasões vêm de frentes de colonização, iniciada nos anos 90 na região de Buritis e de Alto Paraíso.

No ano de 2003 eram registradas oito mudanças por dia para dentro da unidade. As invasões são encorajadas por políticos e madeireiros e, embora alguns líderes da comunidade sustentem que os primeiros colonos entraram há 15 anos, a ocupação de fato ocorreu a partir de 1998. Mais do que a terra, o produto mais cobiçado é a madeira, embora esta já esteja escasseando na FLONA, fato que tem intensificado as frentes de avanço para outra unidade, a RESEX Rio Jaci-Paraná.

Os produtos cultivados após as derrubadas são café, cacau, mandioca, mamão e arroz, no entanto, a principal atividade econômica é a pecuária extensiva (estima-se em mais de 40 mil cabeças de gado).

Segundo Violar Rohsler, o IBAMA nunca colocou placas para alertar que se tratava de uma Floresta Nacional, fato este que é negado pelos funcionários lotados na unidade, que dizem já ter colocado diversas placas, as quais, no entanto, são retiradas pelos invasores. Violar, presidente da Câmara de Buritis, é apontado como o principal líder dos invasores e sugere como solução a transferência da área para o INCRA e a criação de outra reserva (Fonte: Jornal da Ciência - <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=24962>).

O Projeto de Lei de nº 2776 de 2000, elaborado pelo então Deputado Federal Confúcio Moura, propôs a alteração dos limites da FLONA, excluindo as áreas degradadas pelas atividades agropecuárias. Tal projeto foi examinado pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de

Desenvolvimento Regional, que se manifestou pela sua rejeição conforme parecer exarado em 13 de julho de 2005.

Os invasores reivindicam o direito a terra. Eles se dizem esquecidos pelas autoridades e consideram o IBAMA seu maior adversário. De outro lado, são desencorajadas pelo órgão as atividades de fiscalização e de controle ao desmatamento na área, em virtude do grande perigo aos que os funcionários seriam expostos.

A primeira fiscalização, em 1999, causou mais surpresa aos agentes do Ibama do que aos invasores, pela quantidade de invasores na área. Só quatro anos depois, em 2003, foi montada uma operação capaz de desativar as oito serrarias que funcionavam na reserva.

A ação mais ampla ocorreu em dezembro de 2004, amparada por liminar concedida pelo juiz Marcos Ishida, da 1ª Vara Federal de Porto Velho. Irritados com o bloqueio do acesso à vila Rio Pardo, os moradores interromperam, durante quatro dias, o tráfego de veículos da principal rodovia de Rondônia, a BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), que corta o Estado.

2.2- O Distrito de Jacinópolis

O distrito de Jacinópolis fica localizado no município de Nova Mamoré, embora mais próximo da sede do município de Buritis. Partindo-se de Nova Mamoré, a distância até este é de 134 km e o acesso se dá pela linha D havendo a necessidade, no entanto, de se atravessar 17 km do PARES Guajará Mirim.

Consta que até o ano de 2003 residiam 2000 famílias na área, sendo cerca de 400 comandadas pela LCP – Liga dos Camponeses Pobres, havendo ainda um grupo liderado pela Associação dos Produtores Rurais de Rio Branco, distrito próximo. Atualmente, residem aproximadamente 6000 famílias na área, sendo o distrito dotado de três escolas, posto da Sucam, posto de gasolina e vários comércios. O administrador do Distrito é conhecido como “chapéu”.

A área foi invadida desde o ano 2000 e convive com constantes conflitos. Diversas mortes foram registradas (desde 1999 foram contabilizadas 12 assassinatos), em sua maioria em confrontos entre jagunços de latifundiários e camponeses. Diversas denúncias de assassinato, esquitejamento e tortura de camponeses são vinculadas pela Internet, em sua maioria editadas pela LCP.

Grande parte dos assassinatos tem relação ao fazendeiro Carlos Schumann, 53, que diz que Jacinópolis fica localizada dentro de área sua, a Fazenda Schumann. Os sem-terra contestam a posse da área, alegando se tratar de terras da união. Realmente, a maior parte da área em conflito pertence à união, estando em processo de regularização e existindo, inclusive, documentos de posse duvidosos que datam de praticamente um século.

Até o ano de 2003 a ilegalidade das ações era agravada pelo fato de a região pertencer a subzona 2.1, segundo o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia, onde devem ser

fomentadas atividades de manejo florestal e extrativismo, sendo desmotivada a expansão das atividades agropecuárias.

No entanto, em 09 de novembro de 2004, o Governador Ivo Cassol sancionou a Lei Complementar nº. 308, excluindo a correspondente área da subzona 2.1 e passando-a, juntamente com o distrito de União-Bandeirante, à zona 1.3.

A região ainda é apontada como sendo rota para o contrabando de drogas, uma vez construída a estrada dentro do PARES Guajará Mirim, o que facilitou o traslado da droga entre a Bolívia e o sul do Estado. Ainda existem denúncias de refinarias de coca em fazendas locais.

Para tentar amenizar os conflitos, a Assembléia Legislativa do Estado promete por intermédio do Deputado Estadual Haroldo Santos, a implantação de um Posto de Policiamento Militar, aguardando-se a emissão de um parecer do comandante do 7º Batalhão de Polícia Militar. A Câmara ainda reivindica a CERON, a ELETROBRÁS e ANEEL, em caráter de urgência, a adoção de medidas visando à implantação da rede de energia elétrica entre o município de Buritis e o distrito de Jacinópolis.

Em julho de 2006 foi desencadeada na região a Operação "Rondônia Legal", que culminou com o fechamento de sete serrarias e a apreensão de 60 toneladas de equipamentos. A quantidade de madeira apreendida é assustadora: 2.800 m³; no entanto, a maioria continua no local da apreensão, sendo que parte foi utilizada na construção da sede do PARES Guajará Mirim.

O aglomerado populacional de camponeses em busca de terras localizado no distrito de Jacinópolis tem sido o principal agente de ocupação da RESEX Rio Jaci Paraná, a qual tem se expandido de maneira assustadora nos últimos anos.

2.3- O Distrito de União-Bandeirante

O Distrito de União Bandeirante fica localizado no município de Porto Velho, a aproximadamente 160 km da capital. Dados extra-oficiais apontam que o distrito possui 9 mil habitantes, sendo que 6 mil destes residem no núcleo urbano e o restante nas redondezas.

O núcleo possui infra-estrutura considerável, apesar de não ser suficiente para atender ao grande número de moradores que nele residem: uma escola pública mantida pelo Município (Extensão do Instituto Carmela Dutra), que atende 768 alunos de 1ª a 4ª séries, quatro telefones públicos, quatro linhas de ônibus para Porto Velho (2ª a 6ª feira) e três aos sábados e domingos (Tekla Tur) e uma linha diária para Nova Mamoré (Real Norte), igrejas, posto de saúde e um escritório da EMATER e do BASA.

Em toda a área destinada ao núcleo existem cerca de 20 madeiras em funcionamento, sendo que os próprios madeireiros abriram as ruas da cidade e as linhas que dão acesso ao setor rural. Há ainda a intenção da Prefeitura Municipal de instalar energia elétrica no núcleo urbano da comunidade, sendo contatados já a CERON e o Ministério Público do Estado.

Também o INCRA iniciou recentemente (início de 2007) as atividades de vistoria em 2.140 imóveis em União-Bandeirante com objetivo de identificar os ocupantes das terras públicas nas Glebas Jorge Teixeira e Capitão Sílvio. Segundo a previsão, tal levantamento já estaria concluído.

O Distrito também convive com intensos conflitos agrários. Sem alternativas de emprego, muitos invasores foram recrutados para trabalhar na extração ilegal de madeira da RESEX Rio Jaci Paraná e da Terra Indígena Karipuna. O comércio de lotes nos acampamentos também é uma atividade comum, apoiada por políticos e comerciantes.

No acampamento Getúlio, próximo a União Bandeirante, quase 200 pessoas se candidataram a receber cestas básicas do Programa Fome Zero. Depois de uma triagem feita pelo INCRA, a lista ficou com apenas 72 nomes, considerados efetivamente sem-terra. Um dos principais líderes do acampamento era Raimundo Caetano Soares, que além de receptor os alimentos também negociava lotes e vendia segurança para fazendeiros vizinhos.

Ainda, em fevereiro de 2006, o Juiz de Direito Daniel Ribeiro Lagos, titular da Terceira Vara Criminal da Comarca de Porto Velho condenou cinco réus por roubo, invasão de propriedade privada, incêndio, seqüestro e formação de bando que atuava na Fazenda Bom Futuro, liderados por Raimundo Caetano Soares a uma pena de 15 anos de prisão em regime inicial fechado. Tal decisão foi amplamente elogiada e os acusados estão cumprindo pena no presídio Urso Branco.

3- LOCALIZAÇÃO DA ÁREA

A área de estudo fica localizada na porção noroeste e abrange grande parte do estado de Rondônia (7,28%), mais especificamente, uma área total de 1.747.034 ha. Abrange os municípios de Porto Velho, Candeias do Jamari, Alto Paraíso, Buritis, Nova Mamoré, Guajará Mirim e Campo Novo de Rondônia (Figs. 1 e 2).

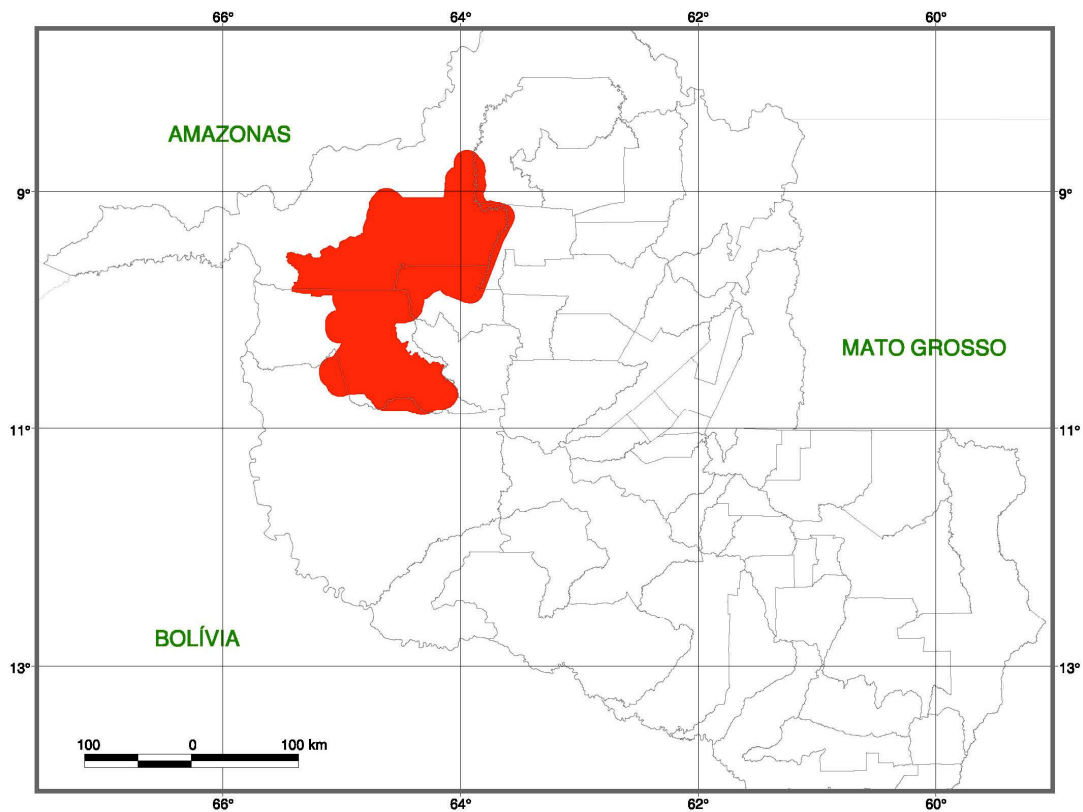


Figura 1. Localização no estado de Rondônia da área de abrangência da Ação Civil Pública.

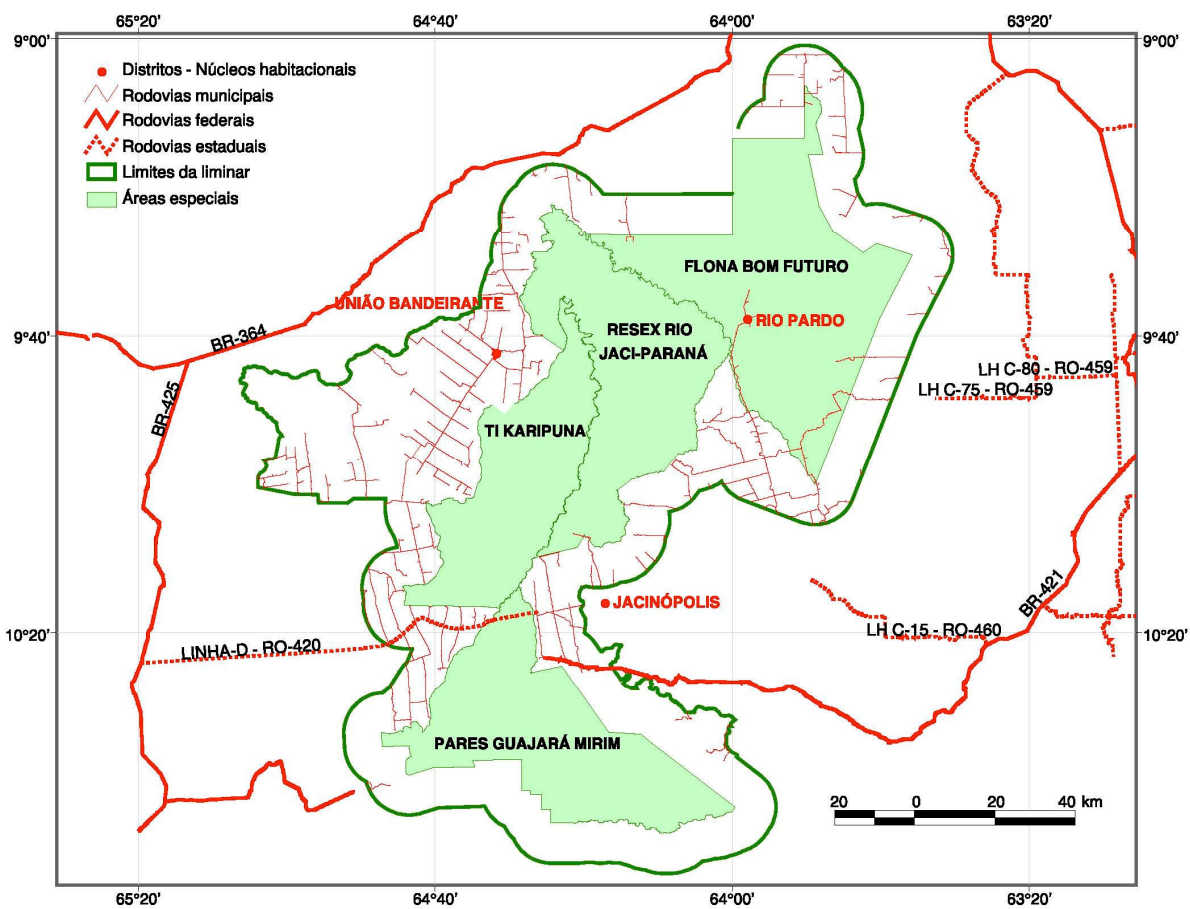


Figura 2. Visão geral das vias de acesso e das Áreas Especiais abrangidas na Ação Civil Pública.

4- METODOLOGIA DE ANÁLISE

O sensor utilizado para extração de informações que compõe o cenário do desmatamento na área da ACP foi o "*Thematic Mapper*" a bordo do Satélite Landsat-5. Este sensor possui sete canais, dos quais se fez uso de apenas três: Vermelho (0,63 - 0,69 μm), Infravermelho Próximo (0,76 - 0,90 μm) e Infravermelho Médio (1,55 - 1,75 μm), com área mínima mapeável de 900 m². As imagens utilizadas (Fig. 3) foram tomadas nas datas constantes na tabela 1.

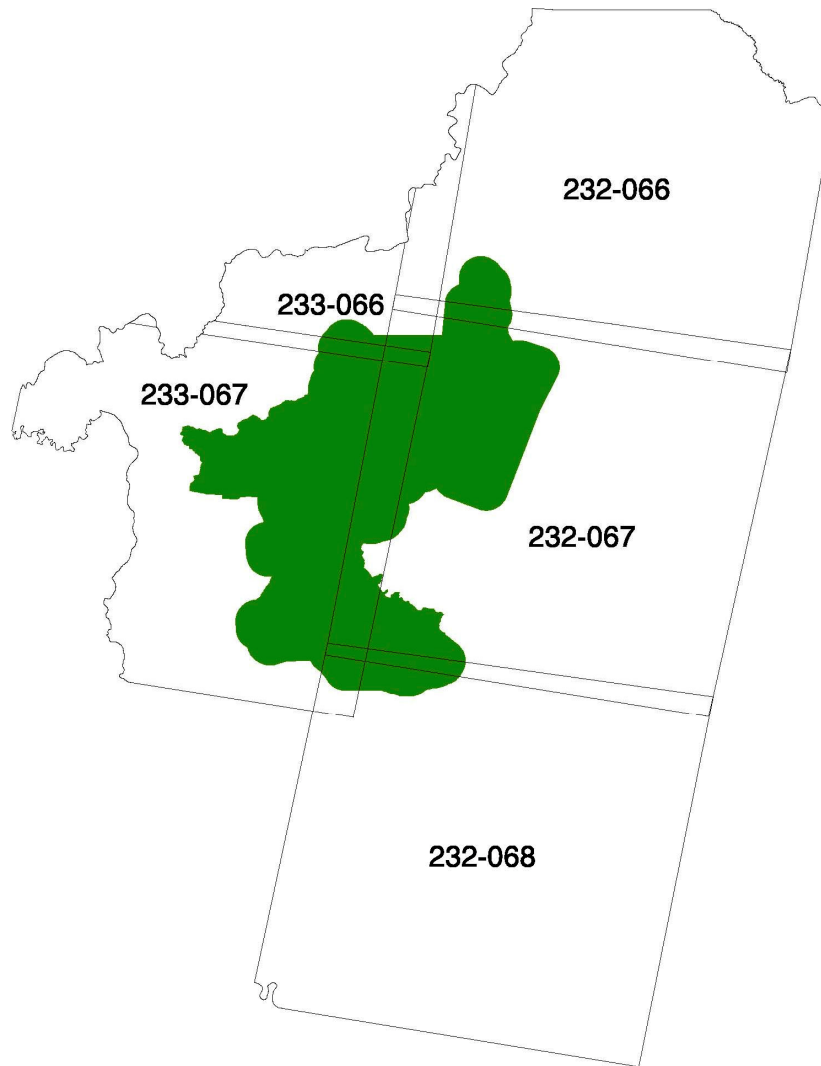


Figura 3. Cenas do satélite LandSat-5 utilizadas na análise da área em tela.

Após a seleção, as imagens foram registradas (georeferenciadas), utilizando-se uma Transformação Polinomial de 1^a Ordem, e mosaicadas, gerando informações contínuas para toda a área de execução deste estudo.

Tabela 1. Data de tomada das cenas do satélite LandSat-5 utilizadas.

Cena	Data de tomada da cena			
	2003	2004	2005	2006
232-066	15/07	15/06	02/06	08/08
232-067	15/07	15/06	02/06	23/07
232-068	31/07	02/08	20/07	23/07
233-066	22/07	09/08	11/07	31/08
233-067	22/07	09/08	06/09	31/08

Os resultados foram obtidos a partir de interpretação visual utilizando-se o *software* Erdas Imagine 8.4. A classificação deu origem a um mapa temático com legenda pré-estabelecida:

- 1-** Áreas desmatadas até 2003;
- 2-** Áreas não desmatadas;
- 3-** Rios e Lagos;
- 4-** Áreas desmatadas entre 2003 e 2004;
- 5-** Áreas desmatadas entre 2004 e 2005;
- 6-** Áreas desmatadas entre 2005 e 2006.

O foco da análise concentrou-se entre as categorias "Áreas desmatadas", que correspondem às áreas que sofreram corte raso ou desmatamento seletivo (em estágio avançado) da cobertura natural. A análise quantitativa destas áreas ocorreu por meio de tabulação cruzada entre o produto temático gerado e os limites das Áreas Especiais.

5- RESULTADOS

5.1- A área total da Ação Civil Pública

Os resultados obtidos para toda a área de abrangência da Ação Civil Pública (ACP) podem ser observados na tabela 2. Nesta, pode-se constatar um considerável avanço no desmatamento entre os anos de 2005 e 2006, numa área total de 74.017 mil hectares, o que corresponde a 4,23% da área da ACP. Para este ano, o avanço foi consideravelmente superior ao avanço dos anos anteriores.

Infere-se ainda que o avanço ocorrido entre os anos de 2003 e 2006 (10,77%) é equivalente ao desmatamento acumulado até o ano de 2003 (10,89%) e que o percentual total de 21,82% é consideravelmente superior ao percentual de desmatamento permitido pela legislação ambiental vigente, uma vez que metade da área (56,62%) é composta por Áreas Especiais (Terras Indígenas e Unidades de Conservação) e a maior parte da segunda metade é composta por áreas localizadas na subzona 2.1.

Tabela 2. Evolução do processo de antropização em toda a área de abrangência da ação civil pública.

Código	Descrição	Área (ha)	% área desmatada
1	Área desmatada até 2003	190.166	10,89
2	Área não antropizada	1.365.867	78,18
3	Rios e lagos	2.818	0,16
4	Evolução do desmatamento entre 2003 e 2004	66.908	3,83
5	Evolução do desmatamento entre 2004 e 2005	47.261	2,71
6	Evolução do desmatamento entre 2005 e 2006	74.017	4,23
Total	Área total	1.747.037	100
	Área total desmatada até 2006	381.170	21,81

Quando se comparam os dados de desmatamento obtidos para a área (Tab. 2) com os dados obtidos pelo PRODES-INPE para o estado de Rondônia (Tab. 3), pode-se constatar que o incremento no desmatamento na área de abrangência da ACP foi consideravelmente superior aquele obtido para o Estado como um todo:

- **2004:** 3,83% na área da ACP e 1,6% para a área do Estado;
- **2005:** 2,71% na área da ACP e 1,35% para a área do Estado.

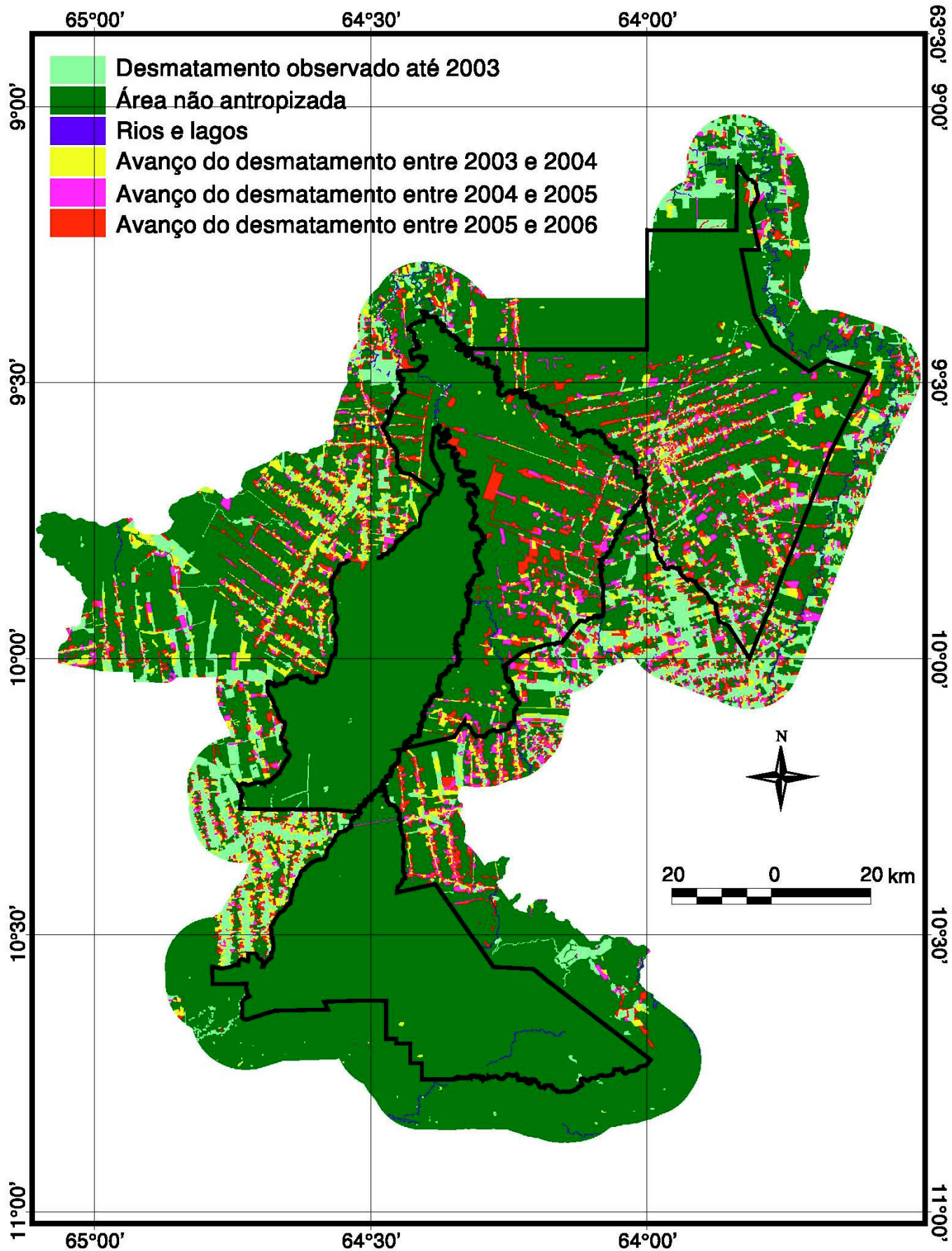


Figura 4. Dinâmica do desmatamento na área de abrangência da Ação Civil Pública.

Também ocorre a redução na taxa de incremento do desmatamento no ano de 2005, assim como constatado para o PRODES para toda a Amazônia Legal e também para o estado de Rondônia e amplamente divulgado pela mídia. No entanto, se tal tendência se mantiver, assim como para a área da liminar também para a Amazônia Legal e para o estado de Rondônia os incrementos observados no ano de 2006 devem ser consideravelmente maiores.

Tabela 3. Evolução do processo de antropização para Rondônia, conforme dados do PRODES-INPE.

Descrição	Área (ha)	% área desmatada
Área desmatada até 2003	6.750.300	28,13
Área não antropizada	16.536.108	68,92
Evolução do desmatamento entre 2003 e 2004	384.400	1,60
Evolução do desmatamento entre 2004 e 2005	323.300	1,35
Área total	23.994.108	100
Área total desmatada até 2005	7.458.000	31,08

Fonte: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.html>

Visualmente, não foram constatadas na imagem atividades de mineração, no entanto, em muitos pontos pode-se observar a modificação na estrutura da floresta decorrente do corte seletivo de madeiras.

Na figura 4 pode-se observar a dinâmica do avanço do desmatamento na área da ACP.

5.2- A Floresta Nacional Bom Futuro

Os resultados obtidos a partir da interpretação visual para a área de abrangência da FLONA Bom Futuro são listados na tabela 4. Nesta, observa-se um percentual de 21,9% de desmatamento, ou seja, superior, inclusive, ao percentual de desmatamento permitido por lei para áreas de domínio particular localizadas na Zona 1. O "boom" do desmatamento é observado entre os anos de 2005 e 2006, num percentual de 5,93% ou 16.098 ha.

O incremento do desmatamento observado entre os anos de 2003 e 2006 (13,56%) é praticamente o dobro daquele observado até o ano de 2003 (8,34%) e somente para o ano de 2004 não foi maior que o da área total da ACP.

Na figura 5 pode-se observar a dinâmica do desmatamento na área de abrangência da FLONA, juntamente com informações das vias de acesso.

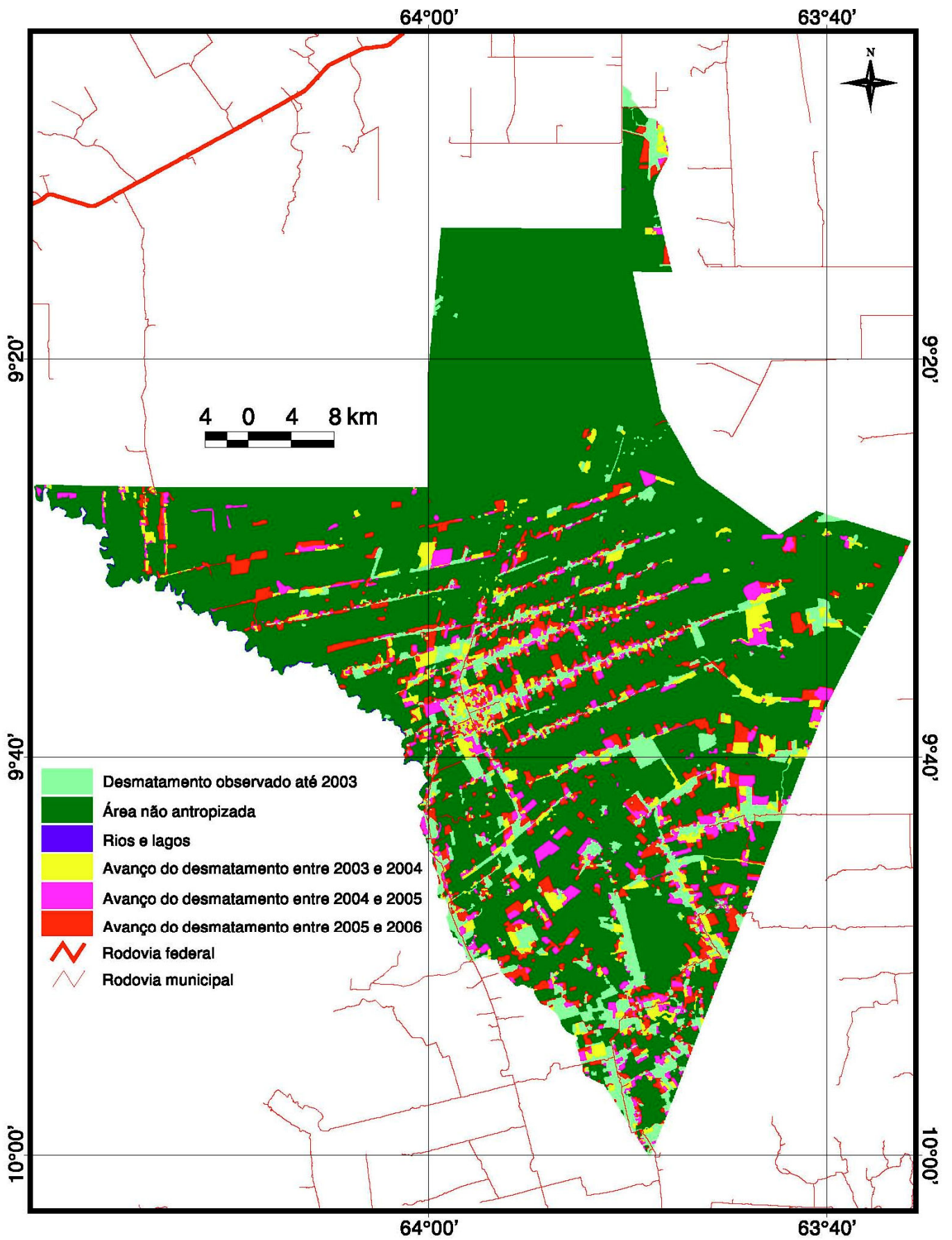


Figura 5. Dinâmica do desmatamento na área de abrangência da Floresta Nacional Bom Futuro.

Tabela 4. Evolução do processo de antropização na FLONA Bom Futuro.

Código	Descrição	Área (ha)	% área desmatada
1	Área desmatada até 2003	22.616	8,34
2	Área não antropizada	211.797	78,06
3	Rios e lagos	101	0,04
4	Evolução do desmatamento entre 2003 e 2004	10.148	3,74
5	Evolução do desmatamento entre 2004 e 2005	10.564	3,89
6	Evolução do desmatamento entre 2005 e 2006	16.098	5,93
Total	Área total	271.324	100
	Área total desmatada até 2006	59.426	21,9

5.3- A Reserva Extrativista Rio Jaci-Paraná

Os resultados obtidos para o desmatamento dentro da RESEX Rio Jaci-Paraná são listados na tabela 5. Nesta, observa-se que, em semelhança à FLONA Bom Futuro o desmatamento avançou muito no ano de 2006 sendo que, até o ano de 2005, este apresentava um valor de 8,1% e somente no ano de 2006 acresceu 7,23%, totalizando 15,33% de área desmatada.

Observa-se, na figura 6, a abertura de grandes polígonos de desmatamento no ano de 2006 (polígonos em vermelho) caracterizado pela abertura de linhas. Também se pode acrescentar que os focos da invasão na área têm ocorrido pelo Núcleo Habitacional de União Bandeirantes (oeste), em menores proporções e através da FLONA Bom Futuro (leste) e do Distrito de Jacinópolis (sudeste), em proporções mais agravantes.

Tabela 5. Evolução do processo de antropização na RESEX Rio Jaci-Paraná.

Código	Descrição	Área (ha)	% área desmatada
1	Área desmatada até 2003	3.819	1,9
2	Área não antropizada	169.183	84,31
3	Rios e lagos	721	0,36
4	Evolução do desmatamento entre 2003 e 2004	6.078	3,03
5	Evolução do desmatamento entre 2004 e 2005	6.353	3,17
6	Evolução do desmatamento entre 2005 e 2006	14.511	7,23
Total	Área total	200.665	100
	Área total desmatada até 2006	30.761	15,33

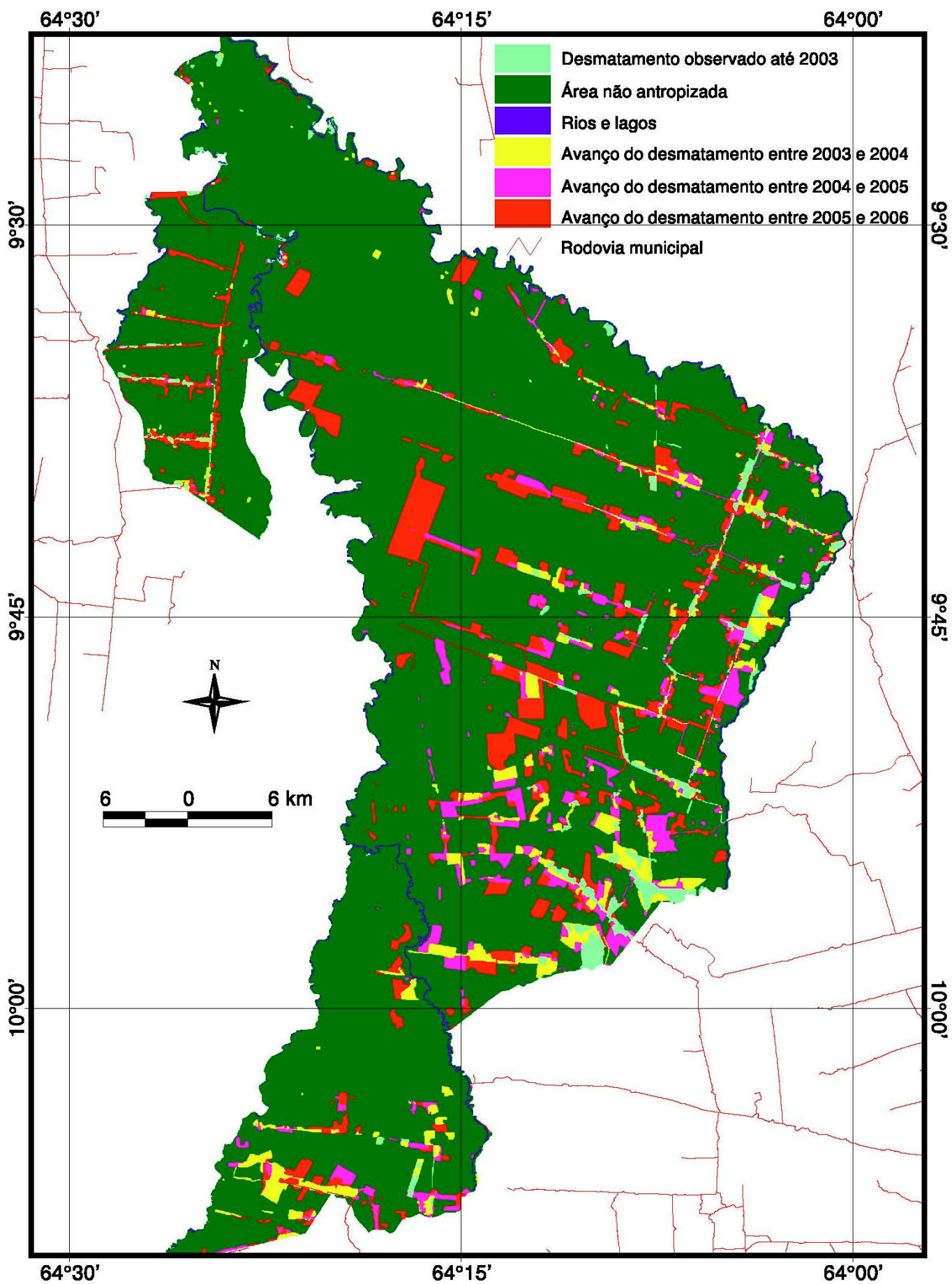


Figura 6. Dinâmica do desmatamento na área de abrangência da Floresta Reserva Extrativista Rio Jaci - Paraná.

5.4- O Parque Estadual Guajará Mirim

Na tabela 6 são listados os resultados da dinâmica do desmatamento para o PARES Guajará Mirim. Nesta pode-se observar que a área desmatada no parque é irrisória, representada por um percentual total de 0,18% (367 ha). No ano de 2006 não foi observado desmatamento dentro da área.

Uma característica na dinâmica local foi o prolongamento, entre os anos de 2004 e 2005, da Rodovia Estadual RO-420 dentro da área do parque (Fig. 7), unindo-se a Rodovia Municipal LH-07-N e fazendo a ligação direta dos municípios de Nova Mamoré e de Buritis. Dentre os aspectos positivos destaca-se a possibilidade do deslocamento dos moradores do Distrito de Jacinópolis para a sede do Município a que pertence: Nova Mamoré. No entanto, tal ligação traz principalmente caráter ilícito, visto facilitar o escoamento de drogas oriundas da Bolívia e a invasão/grilagem de áreas.

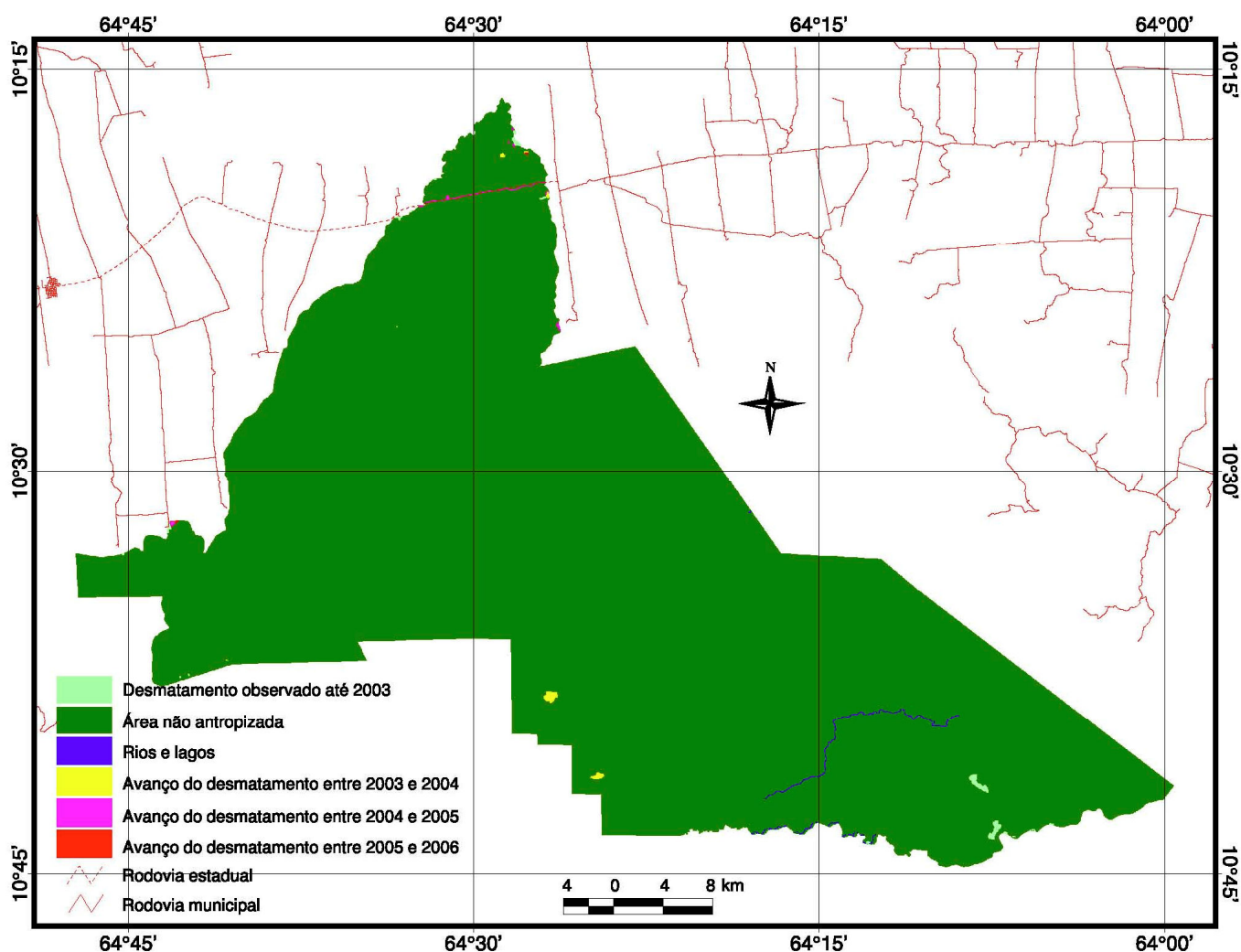


Figura 7. Dinâmica do desmatamento na área de abrangência do Parque Estadual Guajará Mirim.

Tabela 6. Evolução do processo de antropização no PARES Guajará Mirim.

Código	Descrição	Área (ha)	% área desmatada
1	Área desmatada até 2003	196	0,1
2	Área não antropizada	200.369	99,77
3	Rios e lagos	93	0,05
4	Evolução do desmatamento entre 2003 e 2004	105	0,05
5	Evolução do desmatamento entre 2004 e 2005	57	0,03
6	Evolução do desmatamento entre 2005 e 2006	9	0,00
Total	Área total	200.829	100
	Área total desmatada até 2006	367	0,18

5.5- A Terra Indígena Karipuna

Na tabela 7 pode-se observar que o avanço do desmatamento na Terra Indígena Karipuna, assim como para o PARES Guajará Mirim, é caracterizado por valores ínfimos, com um percentual acumulado até o ano de 2006 de 0,3% (455 ha).

Os valores mais consideráveis de desmatamento foram observados até o ano de 2003, num percentual de 0,21%, no entanto, pode-se constatar na figura 8 que os focos de desmatamento ocorridos nesta época (em verde claro) foram contidos, não sendo observados avanços deste na região.

Tabela 7. Evolução do processo de antropização na Terra Indígena Karipuna.

Código	Descrição	Área (ha)	% área desmatada
1	Área desmatada até 2003	323	0,21
2	Área não antropizada	152.744	99,58
3	Rios e lagos	189	0,12
4	Evolução do desmatamento entre 2003 e 2004	30	0,02
5	Evolução do desmatamento entre 2004 e 2005	63	0,04
6	Evolução do desmatamento entre 2005 e 2006	39	0,03
Total	Área total	153.388	100
	Área total desmatada até 2006	455	0,3

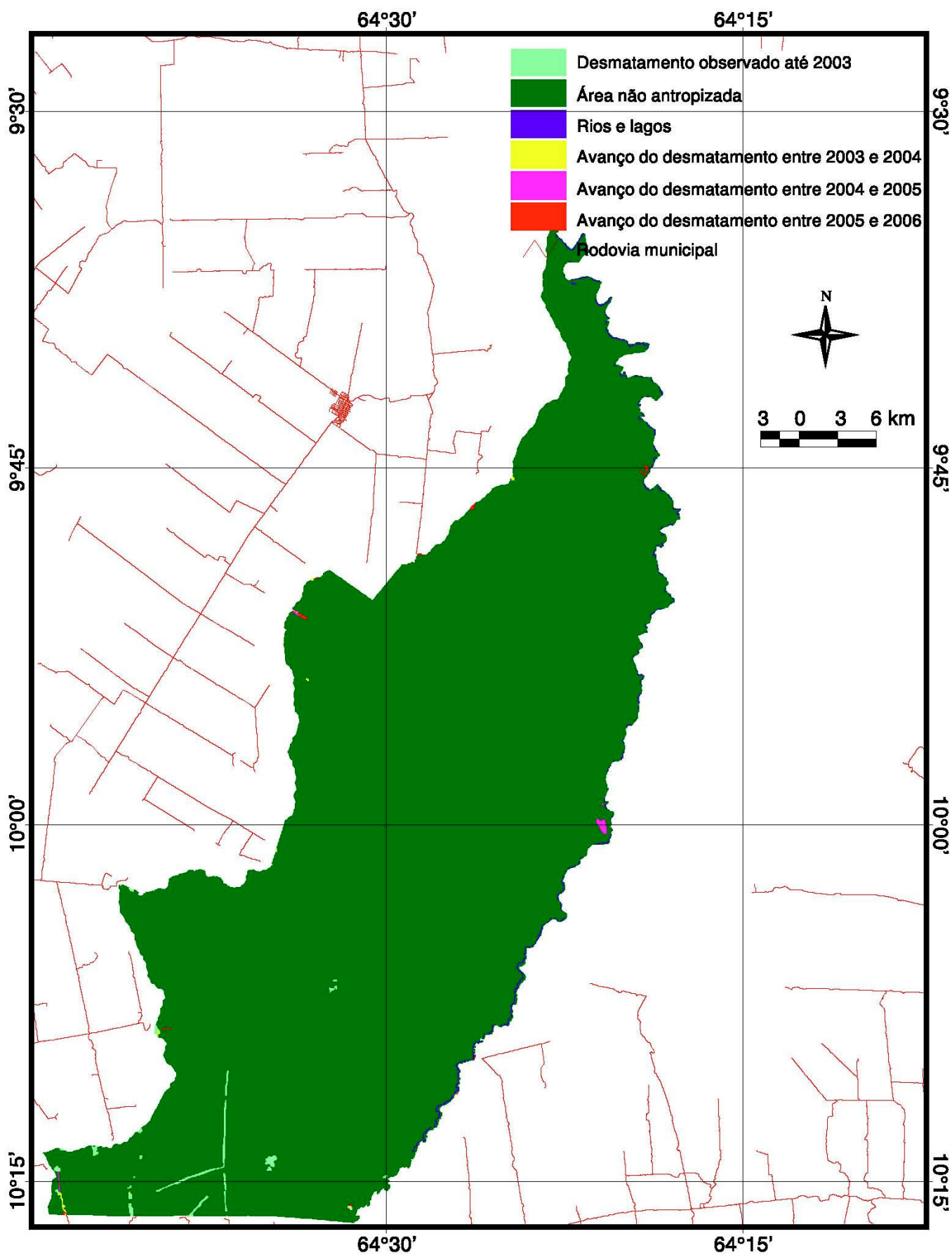


Figura 8. Dinâmica do desmatamento na área de abrangência da Terra Indígena Karipuna.

5.6- O entorno

No entorno das Áreas Especiais, contido dentro da área de abrangência da ACP, é onde são registrados os maiores percentuais de desmatamento, num total de 31,16% (287.665 ha) acumulados até o ano de 2006 (Tab. 8).

O avanço do desmatamento na área do entorno entre os anos de 2003 e 2004 apresentou padrões semelhantes às demais áreas, com uma redução no incremento no ano de 2005, seguida por um aumento no ano de 2006.

Tabela 8. Evolução do processo de antropização na área do entorno.

Código	Descrição	Área (ha)	% área antropizada
1	Área desmatada até 2003	163.373	17,7
2	Área não antropizada	633.894	68,65
3	Rios e lagos	1.761	0,19
4	Evolução do desmatamento entre 2003 e 2004	50.575	5,48
5	Evolução do desmatamento entre 2004 e 2005	30.278	3,28
6	Evolução do desmatamento entre 2005 e 2006	43.439	4,70
Total	Área total	923.320	100
	Área total desmatada até 2006	287.665	31,16

O incremento no desmatamento observado no ano de 2006 apresenta características singulares. Quando comparado à RESEX Rio Jaci Paraná e a FLONA Bom Futuro, este resulta em índices bem inferiores (4,7%) aos observados nas unidades (5,93% para a FLONA Bom Futuro e 7,23% para a RESEX Rio Jaci Paraná). Tal padrão evidencia uma tendência à invasão desenfreada nestas áreas, possivelmente pela população do entorno.

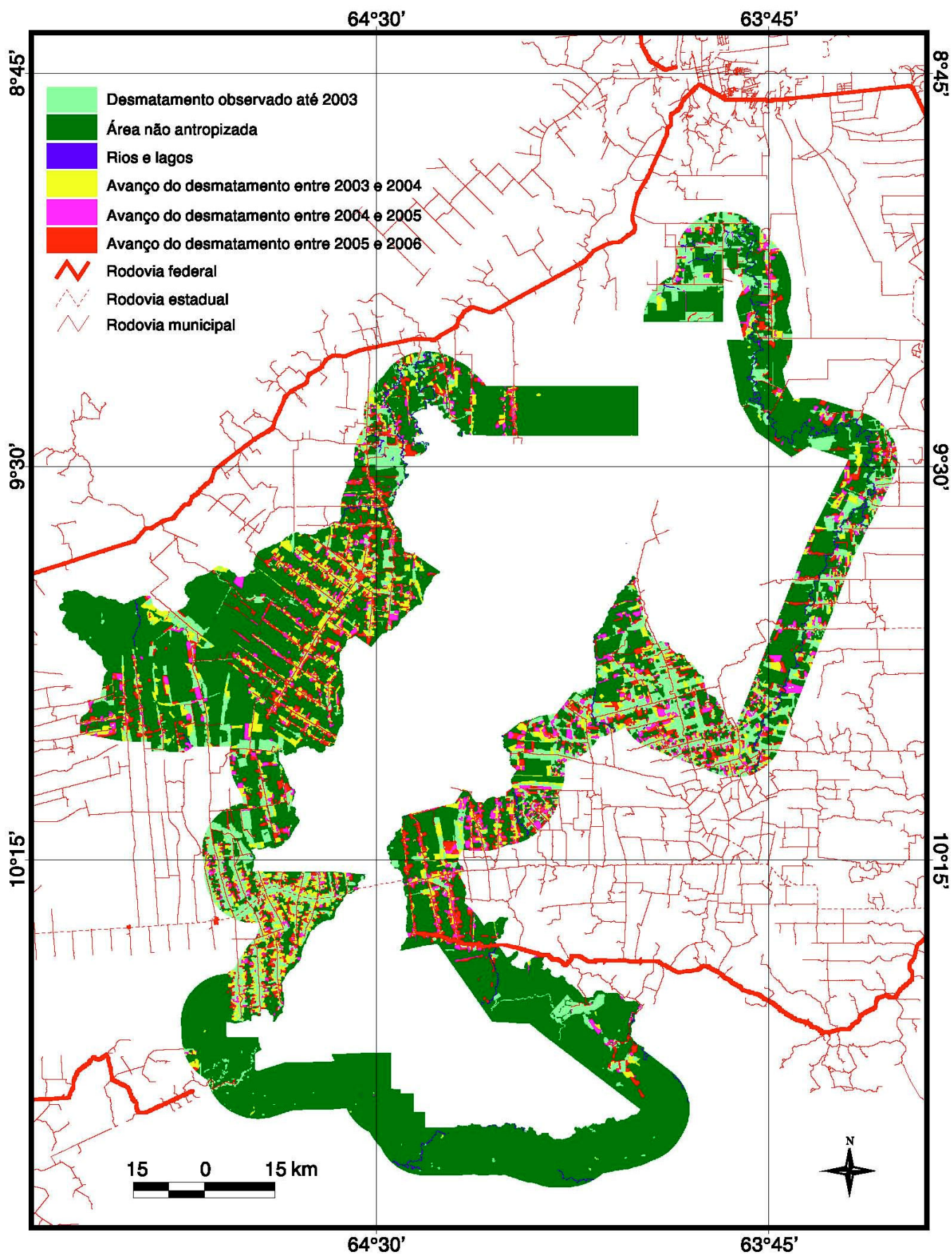


Figura 9. Dinâmica do desmatamento na área do entorno.

6- CONCLUSÕES

Os resultados apontam que, apesar da decisão judicial datada de 2004 de interrupção total das atividades na área de abrangência da Ação Civil Pública, o avanço do desmatamento continuou e em proporções ainda maiores que aquelas observadas para o restante do Estado, quando comparados com os dados do PRODES-INPE.

O incremento do desmatamento entre os anos de 2003 e 2006 (interpretação visual), apresentou um padrão, decrescendo no ano de 2005 e aumentando, em valores consideráveis, no ano de 2006.

A RESEX Rio Jaci - Paraná demonstra ser o foco atual de invasão, tendo seu desmatamento praticamente duplicado somente no ano de 2006.

A FLONA Bom Futuro apresenta grande parte de sua área comprometida (21,9% de desmatamento), se não pelo corte raso, pelo corte seletivo de madeiras, o que coloca em risco seu papel de Floresta Nacional.

Na Terra Indígena Karipuna e no Parque Estadual de Guajará Mirim o desmatamento parece controlado, embora o prolongamento da RO-420 dentro da área do último possa comprometer sua conservação num futuro próximo.

A área do entorno apresenta-se bastante desmatada (31,16%), com percentuais que excedem aqueles prescritos na legislação ambiental vigente, ainda mais quando considerado o fato de se tratar a área, em sua maioria, como subzona 2.1.